

CORREIO POLÍTICO

POR RUDOLFO LAGO

Ricardo Stuckert/PR



Lula com o Centrão: essa relação terminou?

Acabou o governo de coalizão?

Foi no governo Fernando Henrique Cardoso que a expressão “governo de coalizão” foi introduzida para explicar a lógica política. Num país com uma variedade enorme de partidos, a maioria sem muita afinidade ideológica, o caminho para construir maioria foi estabelecer alianças em torno de cargos e verbas. A lógica manteve Fernando Henrique por dois mandatos.

Acabou?

O governo de coalizão acabou? O advogado e analista político Melillo Dinis cunhou uma expressão para classificar a nova relação há algum tempo. Para ele, a antiga coalizão teria sido substituída por um “governo de colisão”, onde os poderes se chocam o tempo todo.

Dias e dias

O Correio Político retornou a Melillo Dinis. “Há dias de presidencialismo de coalizão e há dias de presidencialismo de colisão”, considera o analista. Para Melillo, a lógica atual não superou a coalizão, apenas estabeleceu uma nova regra quanto ao que se espera de volta.

Fabio Rodrigues-Pozzebom/Agência Brasil



Aliança mais forte com Alcolcumbre que com Motta

“Governo resolveu deixar de ser mole como mangaba”

Cearense, Melillo usa uma expressão nordestina para explicar o que pode ter mudado. “O governo resolveu deixar de ser mole como um prato de mangaba” nessa relação com o Centrão e o Congresso. Ou seja, não mais parece disposto a ceder cargos e verbas e só receber algo em troca quando o Centrão julgar que isso lhe

beneficia e é conveniente. Fazer parte do governo não pode ter somente bônus. Nesse sentido, um líder do governo repetiu uma frase que ouviu do ministro do Turismo, Celso Sabino (União): “Não dá para casar e continuar saindo sozinho”. O criador do Centrão, Roberto Cardoso Alves, diria: “É dando que se recebe”.

Alcolcumbre

Para Melillo, verifica-se ainda a antiga lógica da coalizão na relação mantida agora pelo governo com o presidente do Senado, Davi Alcolcumbre (União-AP). Ele é padrinho de dois ministros: Waldez Góes, ministro da Integração, e Frederico Siqueira, das Comunicações.

Eleições

Se outros ficam ou retornam, o governo espera reciprocidade. No fundo, o que move tudo é o cenário eleitoral, a essa altura a menos de um ano das eleições. Para onde irá cada um dos integrantes do Centrão, depende de cálculos tanto nacionais quanto regionais.

Lira

Da mesma forma, o ex-presidente da Câmara Arthur Lira (PP-AL) é o padrinho do presidente da Caixa, Carlos Antônio Vieira Fernandes. Por essa lógica, nem União nem PP mexem com esses apadrinhados políticos. Diante do retorno dos padrinhos, ficam onde estão.

Cargos

É até verdade que o poder que tinha o Executivo com seus cargos e verbas reduziu-se. Mas ainda há uma coisa importante para qualquer político: para onde se move o eleitor do seu estado a partir da avaliação que faz do governo federal. O cálculo é cada vez mais por aí.

Analistas enxergam riscos nas demissões do Centrão

Marcelo Camargo/Agência Brasil

Governo pode sofrer retaliações do Congresso

Por Gabriela Gallo

Após o Congresso Nacional deixar caducar a Medida Provisória (MP) nº 1303/2025, que era uma alternativa para não aumentar o Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), e consequentemente gerar um rombo de R\$ 35 bilhões aos cofres públicos, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) exonerou mais de 300 funcionários no poder Executivo que foram apadrinhados por políticos de partidos do Centrão. As pessoas demitidas compunham cargos de segundo escalão dentro do governo e miram nos partidos União Brasil, PP, Republicanos, PSD e MDB.

Lula sinaliza que agora será necessária a demonstração de boa vontade dos membros filiados a partido do Centrão, assim como apoio dos parlamentares a pautas de interesse do governo, para a manutenção dos cargos. Ao Correio da Manhã, o consultor de Análise Política da BMJ Consultores Associados Érico Oyama reforçou que “a medida foi um movimento do governo para mostrar a parlamentares do Centrão que, sem retorno no Congresso, o espaço que eles ocupam no Executivo também será reduzido”.

Contudo, ele reiterou que isso não implica que o governo esteja fortalecido o suficiente para ficar independente do Congresso Nacional. “O governo segue dependente do Centrão para aprovar pautas estra-



Lula preservou os apadrinhados de Arthur Lira

tégicas, uma vez que a base de apoio tem pouco mais de cem deputados”, destacou Oyama.

A reportagem ainda conversou com o cientista político Isaac Jordão, que segue a mesma linha de raciocínio: “Não vejo que o presidente esteja menos dependente do Centrão porque o governo continua dependendo dos votos para aprovar suas pautas no Congresso”, disse ao Correio da Manhã. Contudo, Jordão destacou que “na medida em que as eleições se aproximam, é natural da política que a movimentação no Congresso comece a diminuir gradativamente, o que diminui as chances de o governo tomar algum revés ou sofrer alguma derrota muito grave”.

Lira

Isaac Jordão ainda alerta para o fato de que, das pessoas

demitidas até o momento, nenhum nome cortado fora apadrinhado pelo ex-presidente da Câmara dos Deputados Arthur Lira (PP-AL). “O governo usou da caneta para ‘revidar’ contra o Centrão e mostrar que ainda está no jogo. Chamo a atenção para o fato de os cargos do Arthur Lira não terem sido tocados. Isso dá para o governo um aliado objetivo em duas frentes. Primeiro, mostra que o governo não foge aos seus. Segundo, mantém Lira como fiador da articulação com o Centrão”, avaliou Jordão. Na mesma linha, também foram mantidos os apadrinhados do presidente do Senado, Davi Alcolcumbre (União-AP).

Dentre os nomes apadrinhados por Lira está o presidente da Caixa Econômica Federal, Carlos Vieira. O cien-

tista político ainda citou que, recentemente, o banco anunciou “uma expansão brutal em crédito imobiliário”, o que, na avaliação dele, pode levar a uma interpretação de que “além de não fugir aos seus, o governo ainda entrega”.

Retaliações

Questionado pela reportagem, Jordão considera que é possível os parlamentares do Congresso Nacional realizarem retaliações à decisão do governo.

Porém, ele avalia que “o momento político acaba jogando o equilíbrio para perto do poder Executivo, que vai para as eleições com a máquina pública na mão, um discurso alinhado contra o Centrão e com pesquisas que indicam uma melhora relevante da aprovação de Lula”.

Haddad: “Reforma tributária será a maior da história”

Saulo Cruz/Agência Senado

Por Sabrina Fonseca

A presença do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, deu início à tramitação de fato no Senado do projeto que aumenta a faixa de isenção do Imposto de Renda. Haddad (PT) participou, nesta terça-feira (14), da primeira das quatro audiências públicas previstas na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado para debater o projeto, que isentará do pagamento do imposto quem ganha até R\$ 5 mil. Haddad afirmou que o projeto vai corrigir desigualdades sociais e que a reforma tributária do governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) será “a maior da história” do Brasil.

“Ele [o projeto de isenção do IR] é um projeto que ataca a desigualdade. É isso a que ele visa. Ele começa a corrigir a desigualdade produzida pelo próprio Estado, que deveria ser um instrumento de correção das desigualdades. A reforma da renda, que é posterior à do consumo, tem o mesmo objetivo que a do consumo. Nós estabelecemos aqui que o objetivo da reforma sobre o consumo não era fiscal, nós estabelecemos que nós vamos fazer a maior reforma da história do país com neutralidade fiscal”, disse o ministro.

Haddad, assim, mencionou os dois projetos em curso. Enquanto o Senado discute o projeto sobre Imposto de Renda, a Câmara analisará o último dos projetos da reforma tributária sobre o consumo, que esta-



Haddad na CAE: projeto do IR significa “justiça tributária”

belece uma substituição dos tributos atuais pelo Imposto sobre Valor Agregado (IVA), com três taxas diferentes: o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), que será cobrado por estados e municípios; a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), cobrada pela União, e o Imposto Seletivo (IS), com alíquota maior para produtos que fazem mal à saúde ou ao meio ambiente.

O projeto de isenção para quem ganha até R\$ 5 mil foi aprovado em plenário na Câmara dos Deputados na quarta-feira (1), e prevê também descontos para quem ganha até R\$ 7.350 mensais.

O ministro disse ainda que o país vive um momento de crescimento econômico e que

no mandato completo, ainda será o de menor inflação e com a menor taxa de desemprego, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

“Nós teremos no quadriênio correspondente ao mandato, ao terceiro mandato do presidente Lula, a menor inflação acumulada da história, no quadriênio. Não estou falando de um ano específico, estou falando de um mandato completo, porque às vezes, você pode ter um ano em que você teve uma inflação muito baixa, mas, no mandato completo, nós teremos a menor inflação, com crescimento econômico cerca do dobro do que vinha acontecendo nos últimos anos, com a menor taxa de desemprego da série histórica do

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o IBGE, e com resultados fiscais melhores desde 2015, pelo menos”, destacou.

Privilégios

Fernando Haddad também comentou que o corte tributário não é um aumento de impostos, mas sim o fim de privilégios, já que é visto de forma negativa por alguns setores.

“É muito curioso que setores muito conservadores da nossa sociedade, equivocadamente, tratem o corte de gasto tributário como aumento de tributo e não como o fim de um privilégio. É curioso isso. Não poderia haver equívoco maior do que isso”, disse Haddad.

Haddad também defendeu a taxação dos chamados “BBBs” (bilionários, bancos e bets), dizendo ainda que quem discorda de tais tributações é “desinformado sobre o que está acontecendo no Brasil”.

LDO adiada

Enquanto Haddad falava no Senado, porém, a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) que seria votada na terça-feira (14) na Comissão Mista de Orçamento (CMO), teve sua apreciação adiada. Mas deve se dar nesta quarta-feira (15) no colegiado e ser apreciada em plenário amanhã (16). De acordo com o presidente do colegiado, senador Efraim Filho (União-PB), o presidente do Senado, Davi Alcolcumbre (União-AP), irá conversar com Haddad para saber se o governo vai modificar o texto-base.